

1076 ESPERANÇA DE VIDA DOS LUGARES NO MUNICÍPIO DE MAÇÃO

Nuno Pires Soares¹, Fernando Ribeiro Martins², Rui Pedro Julião³ Daniel Nascimento⁴, Miguel Silva⁵

¹ nhpssoares@fcsh.unl.pt, CICS.NOVA, Portugal

² fermar@fcsh.unl.pt, CICS.NOVA, Portugal

³ rpi@fcsh.unl.pt, CICS.NOVA, Portugal

⁴ danifmn26@gmail.com, DGPR / NOVA FCSH, Portugal

⁵ migmrslva@hotmail.com, DGPR / NOVA FCSH, Portugal

RESUMO

Nas áreas rurais do interior de Portugal continental, um número considerável de lugares têm vindo a registar sucessivos decréscimos da sua população residente. O fenómeno não é novo e as suas causas são conhecidas. Ao longo do século XX, os diferentes ritmos de emigração, tanto para as Américas, primeiro, como para a Europa (pós-guerra) e para África (sobretudo nos anos 60) deixaram marcas profundas na sociedade portuguesa. Inúmeros foram os lugares que assistiram à partida de homens e mulheres em idade activa, fugindo da fome, da miséria, da guerra, ou simplesmente buscando o emprego e o sustento que lhes faltava. E o sonho de uma vida melhor para si e para os filhos... Os que não puderam ou não quiseram paragens mais longínquas migraram em direcção aos grandes centros urbanos ou mesmo às sedes de concelho, onde se concentram as actividades económicas (emprego) e os serviços públicos, nomeadamente os de Cuidados Primários de Saúde e de ensino (Martins, 2011). Esta saída de gente associada a taxas de natalidade cada vez menores e ao progressivo envelhecimento da população, tem sido responsável por decréscimos significativos no número relativo de habitantes na maioria dos lugares, principalmente nos de menor dimensão. Há inclusive lugares que se extinguíram, por terem perdido todos os seus residentes, e muitos outros continuam a definhir. Apesar do fenómeno ter sido já amplamente estudado, conhecerem-se relativamente bem as suas causas e, inclusive, já se terem implementado estratégias para minorar a falta de gente, o problema persiste como nos revelam os dados dos últimos recenseamentos decenais da população (INE). Tendo por base os dados estatísticos deste organismo, analisámos o comportamento da população residente durante um século (1911-2011), lugar a lugar, para tentar aferir qual o seu tempo de vida espectável. Ou, se preferirmos, a sua “esperança de vida”, conceito usualmente aplicado para “determinar o número aproximado de anos que um determinado grupo de indivíduos nascidos num mesmo ano irá viver, se mantidas as mesmas condições desde o seu nascimento” (INE). Esta transposição do conceito levanta outro tipo de questões: a) Qual será qual o número aproximado de anos que um lugar terá se se mantiverem as condições demográficas? b) E poderemos estimar o número de gerações em cada lugar até deixar de ter residentes? c) E qual o melhor método para fazer essa estimativa? A resposta a estas e outras questões dependerá naturalmente das variáveis e dos pressupostos considerados no modelo escolhido. Considerando sempre que as condições de atractividade e as tendências demográficas da(s) última(s) década(s) se manterão as mesmas. O que aqui apresentamos, enquanto exercício académico experimental, são representações gráficas da “esperança de vida” do conjunto de lugares de um município do interior (Mação), medida em número de gerações, a partir do comportamento retrospectivo da variação da população residente.

Palavras-chave: Despovoamento; interior; população

LIFE EXPECTANCY OF PLACES FROM MAÇÃO MUNICIPALITY

ABSTRACT

In the rural areas of the interior of mainland Portugal, a considerable number of places have registered successive decreases of their resident population. This is not a new phenomenon and its causes are well known. Throughout the twentieth century, the different rhythms of emigration, both for the Americas, first, as well as for Europe (post-war) and for Africa (especially in the 1960s) have left deep marks in Portuguese society. There were innumerable places where men and women of active age left their homes, fleeing from hunger, misery, war, or simply seeking the employment and livelihood they lacked. And the dream of a better life for themselves and for their children... Those who could not or did not want further distances migrated towards major urban centres or even municipal capital towns, where economic activities (employment) and services are concentrated, primary health care and teaching (Martins, 2011). This departure of people together with declining birth rates and the progressive population aging has been responsible for significant decreases in the relative number of inhabitants in most places, especially in the smaller ones. There are even places that have been extinguished, having lost all their residents, and many others continue to wither. Although the phenomenon has already been widely studied, its causes are well known, and strategies have already been put in place to alleviate the lack of people, the problem persists as revealed by data from the last 10-year population censuses (INE). Based on the statistical data from this entity, we analysed the behaviour of the resident population during a century (1911-2011), place by place, to try to establish its expectable lifetime. Or, if we prefer, their "life expectancy", a concept usually applied to "determine the approximate number of years that a certain group of individuals born in the same year will live, if the same conditions have been maintained since birth" (INE). This concept transposition raises other questions: a) What is the approximate number of years that a place will have if the demographic conditions remain? b) And can we estimate the number of generations in each place until they have no residents? c) And what is the best method to make this estimate? The answer to these and other questions will naturally depend on the variables and assumptions considered in the chosen model. Assuming that the conditions of attractiveness and the demographic trends of the last decade (s) will remain the same, what we present here, as an experimental academic exercise, are graphical representations of the "life expectancy" of the set of places of an interior municipality (Mação), measured in number of generations, from the retrospective behaviour of the resident population variation. Two statistical methods were tested for different time periods

Keywords: Depopulation; interior; population

1 INTRODUÇÃO

A distribuição da população residente em Portugal continental caracteriza-se por um padrão espacial fortemente marcado por assimetrias *litoral / interior* e *Norte / Sul* a que poderíamos acrescentar também *centros urbanos* de maior dimensão / *aldeias rurais* do interior. A situação não é nova e, se excluirmos algumas (poucas) excepções, década após década essas assimetrias têm vindo a manter-se – a ritmos diferenciados – e, em alguns casos, a acentuar-se. A faixa litoral entre Braga e Setúbal, e em menor escala o Algarve litoral, concentram cada vez maior número de residentes, enquanto no restante território continental apenas algumas vilas e cidades têm aumentado a sua população.

A cada vez menor atractividade do interior, onde faltam actividades que gerem empregos e fixem ou atraiam população mais nova, estão na primeira linha do problema, mas o progressivo envelhecimento da população associado à incapacidade de renovação das gerações, agravam ainda mais a situação.

O problema tem sido sentido com particular intensidade nos lugares pequenos e isolados do interior que, década após década, têm vindo a perder grande parte dos seus habitantes. E nem mesmo a chegada de um número significativo de pessoas num período de poucos meses, como aquando do fluxo de retorno das ex-colónias, com a chegada a Portugal, em 1975, de 500 mil a 700 mil pessoas, segundo dados do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (AMARO, R., 1985:607) – em que a população portuguesa terá crescido “talvez 7%” (BARRETO, 1996:39) – conseguiu travar (apenas amenizar) essa tendência de decréscimo.

Em consequência dessa situação, vários lugares já perderam todos os seus residentes enquanto outros continuam a definir para semelhante destino, se as actuais condições se mantiverem.

O objectivo deste trabalho é o de tentar aferir qual o tempo de vida dos lugares do município de Mação, localizado no interior de Portugal continental, com base nas tendências de variação da população residente, maioritariamente de decréscimo, ocorridas em diferentes períodos intercensitários (últimos dez anos, vinte anos, trinta anos, cem anos).

Um exercício desta natureza tem associado um conjunto de problemas relacionados, nomeadamente, com a disponibilidade ou ausência de dados estatísticos e com o método de cálculo utilizado. Contudo, o maior problema tem a ver com a imprevisibilidade do comportamento da população residente cuja variação futura depende de inúmeros factores, muitos deles aleatórios e resultado de decisões pessoais e familiares. E para estes casos não existem quaisquer métodos de previsão nem garantia de certeza nos resultados. Trata-se, portanto, de um exercício exploratório, que aplicamos num município – e em breve esperamos estender a outros municípios do interior – cujos resultados só poderão confirmar-se, ou não, nas próximas décadas. Ainda assim, consideramos este exercício de grande interesse; primeiro como alerta para a gravidade da evolução da situação demográfica que se verifica em inúmeros lugares do interior do País, de que o município de Mação é um bom exemplo; depois, pela urgência de medidas efectivas para tentar minorar ou resolver o problema, que tardam em aparecer.

2 O MUNICÍPIO DE MAÇÃO

O município de Mação localiza-se no interior centro de Portugal continental junto ao rio Tejo que lhe serve de fronteira natural pelo lado sul. Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei, Sardoal, Abrantes e Gavião são os municípios limítrofes. Quase todos eles têm características físicas, demográficas e económicas semelhantes. Do ponto de vista físico apresentam uma morfologia típica das áreas de xisto e um coberto vegetal composto na sua grande maioria por extensas áreas de pinhal e eucaliptal, a maioria devastado pelos incêndios florestais. Só o grande incêndio de 2017, que se iniciou no município da Sertã e alastrou aos municípios de Proença-a-Nova e Mação, queimou neste último quase metade da sua área florestal, além de habitações e diversas instalações. Do ponto de vista demográfico as principais características são o progressivo envelhecimento da população e o seu decréscimo na generalidade dos lugares.

Os dados disponíveis da população residente no município de Mação dos últimos cem anos permitem-nos perceber a gravidade da situação (Quadro 1). O máximo populacional foi registado em 1940 quando ultrapassou os 20 000 habitantes. Desde essa data o município perdeu 12 700 habitantes, o equivalente a 63% da sua população residente.

Quadro 1: População residente no município de Mação, entre 1911 e 2011

	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Mação	16 036	20 073	19 045	14 920	12 234	10 060	8 442	7 338

Fonte: INE.

A população actual é de aproximadamente 7 300 habitantes (INE, 2011) o que representou uma considerável quebra da densidade populacional que baixou de 50,2 hab./km² para apenas 18,3 hab./km². Só nos últimos trinta anos (1981 a 2011) o município perdeu cerca de 4 900 habitantes à média de 13% a cada dez anos, ainda que nas últimas décadas se tenha registado uma ténue redução no ritmo de decréscimo.

Os cerca de 7 300 habitantes que residem actualmente no município distribuem-se por mais de uma centena de lugares (Quadro 2). Uma análise da distribuição da população segundo a dimensão dos lugares em 2011 revela que a sede de concelho (Mação), com 1 451 habitantes, e uma sede de freguesia junto à linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa (Ortiga), com 530 habitantes concentram 27% da população do município; são os únicos lugares com mais de 360 habitantes.

Quadro 2: População por dimensão de lugares

Dimensão dos lugares	< 10	10 - 20	20 - 50	50 - 100	100 - 200	200 - 500	>500
N.º de lugares	23	22	36	10	8	7	2
%	21,3	20,4	33,3	9,2	7,4	6,5	1,9

Fonte: INE.

Três em cada quatro lugares do município tem menos de 50 habitantes e mais de metade dos lugares (58 lugares) menos de 30 habitantes. Um em cada cinco lugares não chega aos 10 habitantes (Figura 1).

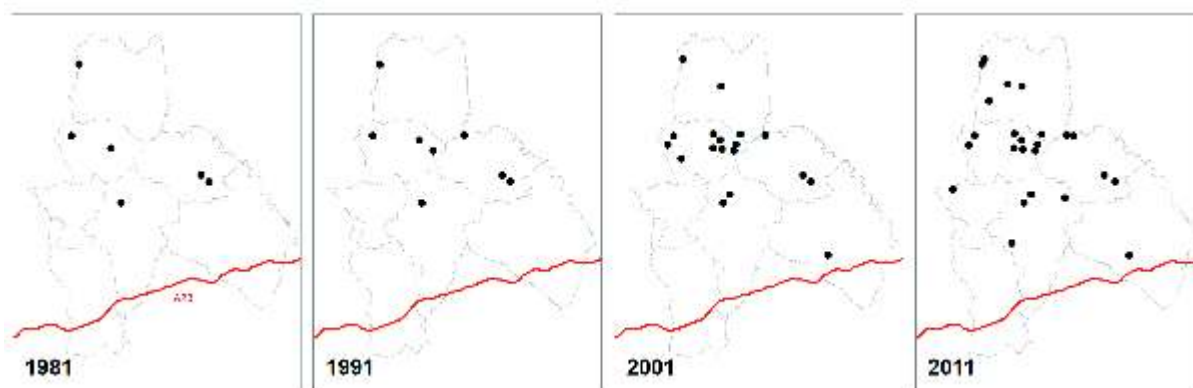


Figura 1: Lugares com população inferior a 10 habitantes (1981-2011)

Mais preocupante ainda é associar esta situação à idade avançada da esmagadora maioria da população que aí reside. Dois em cada cinco residentes (39%) têm mais de 65 anos e apenas 8% tem menos de 20 anos.

Estes dados obrigam-nos a reflectir sobre o problema demográfico nas áreas do interior, em especial nos lugares de menor dimensão e onde o ritmo de decréscimo poderá levar ao desaparecimento de alguns deles.

Foi a pensar nestes aspectos que procurámos, através de uma metodologia simples, e tendo em consideração apenas a variação da população residente por lugar, em diferentes períodos de tempo (últimos dez / vinte / trinta e cem anos) tentar aferir quais os lugares que poderão vir a desaparecer nas próximas gerações. Considerámos geração o intervalo temporal de 25 anos.

3 ASPETOS METODOLÓGICOS

A tentativa de aferir a evolução da população residente por lugar, nas próximas décadas, para a partir daí se estimar da esperança média de vida desses lugares pressupõe que, previamente, se definam e garantam um conjunto de pressupostos estatisticamente válidos, sem os quais não será possível obter resultados minimamente credíveis.

O primeiro pressuposto é o da garantia da existência de dados fiáveis da população residente por lugar, só possíveis de obter a partir dos recenseamentos decenais da população efectuados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a única fonte de informação disponível. A este propósito, à informação compilada para trabalho anterior (Martins, 2011), acrescentaram-se os dados do último recenseamento de 2011, tendo sido possível reunir dados para um período de cem anos (de 1911 a 2011)¹⁸⁴.

O segundo pressuposto é o da garantia da coerência no critério de selecção dos lugares para estudo, atendendo a que o conceito de lugar (condição para que conste nos dados publicados nos recenseamentos) foi variando ao longo do tempo. Nuns censos o critério foi o de ter pelo menos dez habitantes; noutros (desde 1994), o de haver “dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria” (INE, 1994), mesmo que a população residente fosse inferior. Sempre que o critério definido não se cumpria um lugar deixava de estar referenciado com essa designação e a sua população agregada à categoria indiferenciada de “isolados”. Uma novidade do último recenseamento foi a de, pela primeira vez, incluir lugares com apenas dois ou três habitantes e também lugares que deixaram de ter residentes (população igual a zero) embora não se verifique nenhum caso no município de Mação.

Em outros casos a não referenciação de alguns lugares deveu-se à agregação de dois ou mais lugares num só, pelo critério da proximidade geográfica. Foi por exemplo o caso dos lugares de Monte Cimeiro de S. Bento e Monte do Meio de S. Bento (lugares da freguesia de Cardigos) que no recenseamento de 2011 surgem pela primeira vez referenciados como Casais de S. Bento. Na sequência da alteração de critérios para a referenciação de informação por lugar verificam-se falhas nas séries de dados disponíveis, nuns casos relativamente fáceis de superar através de métodos simples utilizados na Estatística, noutros casos impossíveis de reconstituir.

Verificam-se também situações de lugares com séries de dados longas (80 a 90 anos) que, sem razão aparente, deixaram de vir referenciados no recenseamento de 2011; não que tivessem desaparecido ou sido agregados a outros mas apenas devido à reorganização da base de recolha da informação. Face à diversidade de situações encontrada nos dados dos recenseamentos definiram-se os seguintes critérios:

- a) Consideraram-se neste estudo apenas os lugares que vêm referenciados no último recenseamento do INE, independentemente do valor da sua população;
- b) Dos lugares definidos na alínea anterior excluíram-se todos aqueles que não vinham referenciados nos recenseamentos de 1981 e/ou 1971 e que, por essa razão, não permitiam a análise da variação da população residente nas últimas décadas;
- c) Sempre que as séries de dados permitiram reconstituir a ausência de informação para determinado ano mas ela existia nos recenseamentos imediatamente anterior e posterior, reconstituiu-se o valor em falta a partir da média aritmética dos dados existentes;
- d) Como o objectivo desta análise era aferir a longevidade dos lugares, excluíram-se, para efeitos de cálculo, todos os lugares que têm registado acréscimos de população na última década. Tal facto não significa que estes lugares não apresentem riscos de decréscimo da população residente, mas apenas que não é possível avaliar o tempo de vida desses lugares com base nos dados disponíveis.

Para o presente trabalho foram considerados 106 lugares com informação estatística, dos quais nove com séries de dados incompletas nos últimos cem anos, mas ainda assim com dados suficientes para poderem ser analisados.

O exercício exploratório de determinação do comportamento da população residente destes 106 lugares do município de Mação baseou-se na aplicação da recta de regressão de X em Y , em que X é a “variável controlada” (neste caso a população no ano inicial) e Y

¹⁸⁴ Mais concretamente dados de população residente de oito recenseamentos do Instituto Nacional de Estatística: 1911, 1940, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011.

a variável resposta” (a população residente em função do tempo). Como referem Pestana e Dinis (2010:160) “procuramos exprimir a variável dependente Y em função da variável independente X , em que $Y = f(x)$ ou seja, uma função linear dada por $Y = ax + b$.

A fórmula habitualmente utilizada para determinar o valor da população de um determinado país ou região num determinado ano é a da taxa de variação média, dada pela fórmula $V_n = V_0 (1+r)^n$ em que V_n é o valor da população que se pretende obter em determinado ano; V_0 o valor da população do ano de referência, r a taxa de variação considerada constante e n o número de anos necessários para obter esse valor de população. Acontece que, de acordo com os especialistas esta fórmula não se adequa a situações em que os valores de população sejam muito baixos. Por este facto optámos por não apresentar os resultados obtidos por este método estatístico, preferindo a opção anteriormente referida ($Y = ax + b$).

4 RESULTADOS

Para este primeiro exercício exploratório considerámos apenas os dados das últimas três décadas, ou seja o período entre 1981 e 2011, para o qual dispomos de dados estatísticos por lugar (106 lugares), o qual corresponde a um período suficientemente longo para minorar o problema das variações de natureza conjuntural (necessariamente presentes quando se analisa apenas uma década), mas não excessivamente longo para não deturpar as tendências de evolução mais recentes.

A análise estatística das variáveis X e Y nos períodos correspondentes à população por lugar das últimas três décadas (1981 e 2011) revelam a forte intensidade da relação ($r = 0,94$) (Fig. 2), em que 89% da variação de Y depende da variação de X . Comprova-se assim a existência de relação linear e a validade do método utilizado.

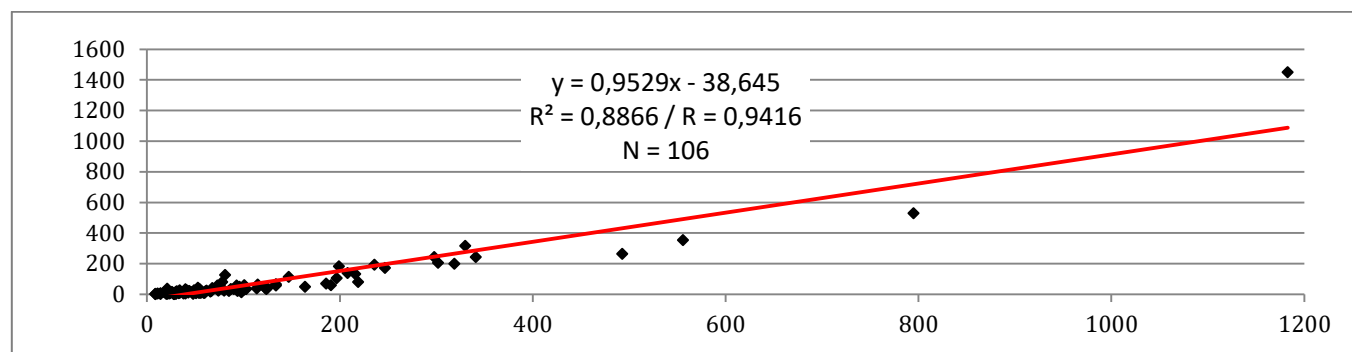


Figura 2: Relação estatística das variáveis analisadas nas últimas três décadas (1981-2011)

De acordo com a metodologia e os princípios adoptados, oito lugares estão em risco de desaparecer durante a actual geração, ou seja até 2036 (Quadro 3). Destes, seis deles tinha menos de 8 habitantes em 2011.

O número de lugares em risco é bem mais elevado se considerarmos apenas os lugares com poucos habitantes e, neste caso, os dados do último recenseamento revelam que, em 2011, 22 lugares tinham menos de 10 habitantes e 43 lugares menos de 20 habitantes.

Quadro 3: Identificação dos lugares em risco de desaparecer durante a actual geração

Lugar	Freguesia	População residente 2011
Vale da Casa Cimeiro	Carvoeiro	2
Pracana Fundeira	Carvoeiro	3
Colos	Cardigos	4
Martinses	Amêndoa	6
Vale de Junco	Envendos	6
Robalo	Amêndoa	7
Eira	Carvoeiro	14
Chão de Lopes Pequeno	Amêndoa	20

Fonte: INE.

A localização destes lugares não evidencia nenhum padrão de distribuição particular (Fig.3). Só as freguesias de Amêndoa, Ortiga e Penhascoso não registam o desaparecimento de nenhum lugar.

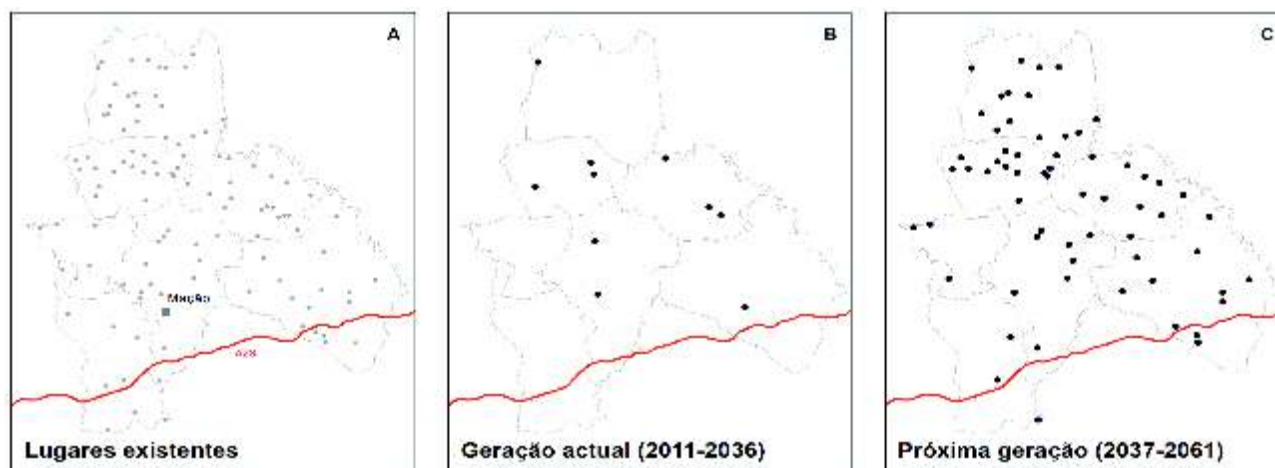


Figura 3: Lugares em risco de desaparecer no município de Mação

Considerando um período mais longo que inclui a próxima geração, anos de 2037 a 2061, verifica-se que o número de lugares que potencialmente poderão desaparecer é seis vezes superior ao anterior. Serão 63 lugares, dos quais mais de metade (35) tinha menos de 20 habitantes e um em cada quatro lugares tinha menos de 10 habitantes em 2011. O padrão de distribuição revela uma maior incidência de risco nos lugares das cinco freguesias localizadas a nordeste: Cardigos (15 lugares), Amêndoa (13), Envendos (11), Carvoeiro (10 lugares) que correspondem maioritariamente a lugares mais distantes da sede de município. Seguem-se-lhe, por ordem do número de lugares em risco, as freguesias de Mação (8 lugares), Aboboreira (3), Penhascoso (2) e Ortiga (1 lugar).

5 REFLEXÃO FINAL

A metodologia parece-nos ajustada para a análise do problema do despovoamento embora nos pareça mais adequada se aplicada num quadro regional mais amplo onde se possam validar relações espaciais de proximidade/afastamento a infra-estruturas, à rede urbana nacional, a áreas de fronteira, polos de emprego, entre outros.

Os resultados obtidos têm o propósito de reforçar o alerta para o problema do despovoamento e envelhecimento nas áreas do interior cuja tendência não regista alteração até hoje, mormente o assunto ser há muito conhecido e de reunir um consenso nacional. Se nada for feito corre-se o risco de, num período de duas gerações (50 anos) o município perder 22% da sua população, ou seja, cerca de um milhar e meio de habitantes.

REFERENCIAS

Amaro, Roque (1985), "Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados" in *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89), 3.º, 4.º, 5.º, pp. 605-677.

Barreto, Álvaro (Org.) (1996), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

INE (Vários anos), *Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (1960:dados retrospectivos, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011)*.

INE (1994), *Sistema Integrado de Metainformação – Conceitos*. Disponível em: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2990>

Martins, Fernando (2011), *Pinhal Interior Sul e o Regresso de Emigrantes (1975-2001)*, Col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação Para a Ciência e a Tecnologia.

Pestana, D. e Velosa, S. (2010), *Introdução à probabilidade e à estatística*, Vol.1, Fundação Calouste Gulbenkian.